



O segredo da Suécia para combater a corrupção

O que faz da Suécia um dos países menos corruptos do mundo? Entenda como desde a década de 70 só houve dois casos de corrupção política naquele país a nível nacional



Cidade de Gotemburgo, Suécia (Divulgação)

Texto da jornalista Claudia Wallin, retirado do livro ‘Um País sem Excelências e Mordomias’. No trecho abaixo, a jornalista entrevista Gunnar Stetler, responsável pela corrupção na Suécia.

Gunnar Stetler franze a testa, pisca duas vezes e contrai os músculos do rosto, como quem faz um cálculo extraordinário. Percorre os labirintos da memória durante uma longa pausa, e encontra enfim a resposta: nos últimos 30 anos, ele diz, foram registrados apenas dois casos de corrupção entre parlamentares e integrantes do governo na Suécia.

“Tenho apenas uma vaga lembrança”, diz Stetler. “É muito raro ver deputados ou membros do Governo envolvidos em corrupção por aqui.”

Estamos no escritório abarrotado de arquivos e papéis do promotor-chefe da Agência Nacional Anti-Corrupção (Riksenheten mot Korruption), no bairro de Kungsholmen. A poucos passos dali, na mesma rua Hantverkargatan, fica a sede da temida Ekobrottsmyndigheten, a Autoridade

Sueca para Crimes Financeiros. Com o sol de abril que enfim derreteu o gelo de mais um inverno, do outro lado da rua mães passeiam com seus carrinhos de bebê entre os túmulos do jardim da igreja Kungsholmskyrka, um hábito comum que se estende a vários cemitérios-parque da cidade.

"Historicamente, 75 por cento das acusações formais contra crimes de suborno na Suécia terminam em condenações", diz Stetler.

Nascido em 1949, Stetler ganhou fama após conduzir casos como o de um ex-diretor da empresa sueca ABB, condenado a três anos de prisão em 2005 por ter desviado 1,8 milhão de coroas suecas para uma empresa registrada no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas.

"Chega um momento em que uma pessoa não se contenta mais com um Volvo V70, e quer trocá-lo por um Porsche. A ganância é parte do dilema humano", reflete Stetler.

Para o promotor-chefe, são três os fatores que mantêm a Suécia à margem das listas de países gravemente corruptos: a transparência dos atos do poder, o alto grau de instrução da população e a igualdade social.

O que faz da Suécia um dos países menos corruptos do mundo?

GUNNAR STETLER: Em primeiro lugar, a lei de acesso público aos documentos oficiais. Esta lei, criada na Suécia há mais de duzentos anos, evita os abusos do poder. Se os cidadãos ou a mídia quiserem, podem verificar meu salário, meus gastos e as despesas de minhas viagens a trabalho. Meus arquivos são abertos ao público. E acreditamos que, ao colocar os documentos e registros oficiais das autoridades ao alcance do público, evitamos que os indivíduos que exercem posições de poder pratiquem atos impróprios. Esta é a razão principal. Em segundo lugar, é preciso citar a lei aprovada na Suécia há cerca de 200 anos [em 1842, nota do autor], que introduziu o ensino compulsório no país e aumentou o nível geral de educação da população.

Qual é o impacto de uma população com maior grau de instrução na prevenção da corrupção?

GUNNAR STETLER: Se uma pessoa não tem acesso à educação, ela não tem condições nem de compreender e muito menos de fiscalizar o sistema. Na Suécia, acreditamos que uma sociedade se constrói não a partir do topo, mas a partir da base da população. Portanto, é preciso oferecer uma boa educação a todas as camadas da sociedade. A China tem um alto grau de corrupção, mas vem investindo na melhoria do nível de instrução da população. Creio que isto irá, de certa forma, reduzir a corrupção no país.

Com que frequência o seu telefone toca com denúncias de corrupção?

GUNNAR STETLER: Recebo cerca de quatro ligações do público todos os dias. Mas de cada 15 denúncias, em geral apenas uma tem base para caracterizar um caso. A maior parte dos casos se refere a questões de menor dimensão, como quando um funcionário público aceita viajar para um resort a convite de uma empreiteira a fim de facilitar um contrato. Se você é um funcionário público na Suécia, não está absolutamente autorizado a aceitar este tipo de convite. Lidamos também com casos de maior envergadura. Acabo de acusar formalmente um dos chefes do Kriminalvården (sistema prisional sueco), que recebeu subornos da ordem de milhões de coroas

suecas de uma empresa contratada para construir penitenciárias. Trabalhamos com denúncias do público, da mídia e também de sistemas nacionais de auditoria, como o Riksrevisionen (órgão independente que controla as finanças das autoridades públicas na Suécia).

Qual é o nível de incidência de casos de corrupção política a nível nacional na Suécia, entre parlamentares e membros do Governo?

GUNNAR STETLER: É muito raro ver deputados ou membros do Governo envolvidos em corrupção por aqui.

Qual foi a última vez que isso ocorreu na Suécia?

GUNNAR STETLER: Se me lembro bem (pausa)...talvez tenham sido uns dois casos (pausa)...nos últimos (pausa)...trinta anos.

O senhor quer dizer que desde a década de 70 só houve dois casos de corrupção política a nível nacional?

GUNNAR STETLER: Sim.

Que casos foram esses?

GUNNAR STETLER: Se não me engano (pausa)...há cerca de dez anos (pausa)...um deputado do Parlamento, representante da costa oeste, cometeu um erro (pausa)...tenho apenas uma vaga lembrança.

Se o senhor tem apenas uma vaga lembrança sobre o que seriam os dois únicos casos de corrupção política a nível nacional nos últimos 30 anos, pode-se presumir que não tenham sido grandes escândalos?

GUNNAR STETLER: Sim. Em termos de corrupção política, casos mais sérios ocorrem principalmente nas municipalidades.

Mas a última vez que um político sueco foi condenado à prisão por corrupção foi aparentemente em 1995. Isso significa que o grau de corrupção política na Suécia não é em geral grave o suficiente para exigir pena de prisão, ou é um sinal de que o sistema é leniente com políticos corruptos?

GUNNAR STETLER: Na Suécia, em geral, toda punição é leniente.

Como assim?

GUNNAR STETLER: No sistema penal sueco, o princípio básico não é a punição, e sim a reintegração do indivíduo à sociedade. Esta é a nossa tradição. O código penal não prevê punição especialmente dura para casos de corrupção política.

Punições mais severas não são então a resposta para combater a corrupção política?

GUNNAR STETLER: Quem pune políticos corruptos é a opinião pública. Se um deputado ou um funcionário da administração estatal pratica um ato de corrupção, ele será punido severamente pela sociedade, principalmente por ter cometido um erro a partir de uma posição de poder. Um deputado, por exemplo, pode ser forçado a renunciar através da pressão da opinião pública e da mídia, mesmo quando não é indiciado formalmente.

Há alguma regra especial para investigar e processar políticos por crimes de corrupção, como a necessidade de obter aprovação do Parlamento ou de algum comitê?

GUNNAR STETLER: Não.

Cabe principalmente à mídia e aos cidadãos fiscalizar o poder, ou a instituições como a que o senhor dirige?

GUNNAR STETLER: Cabe, em primeiro lugar, à imprensa livre. Se a mídia tem acesso aos documentos oficiais, ela poderá agir, juntamente com os cidadãos, para garantir uma sociedade mais limpa. É claro que agentes oficiais, como a Agência Anti-Corrupção, também cumprem um papel importante. Presumo que talvez, no Brasil, os cidadãos não confiem em servidores públicos como eu. Mas na Suécia a maior parte das pessoas confia nas agências do poder público, e uma das razões disso é o fato de que os cidadãos podem supervisionar o que as agências fazem.

Como é o trabalho da Agência Nacional Anti-Corrupção?

GUNNAR STETLER: Nosso foco principal é o suborno. Pode-se dizer que o suborno, tanto na esfera pública como no setor privado, é um câncer para qualquer sistema. Mesmo quando o valor do suborno é muito baixo, ele pode influenciar uma licitação no valor de um bilhão de coroas suecas. No setor público, é importante que as compras de bens e serviços sejam realizadas de modo correto. A construção de um novo hospital, por exemplo, pode custar cerca de 1,7 bilhão de coroas suecas (cerca de 260 milhões de dólares). Quando uma agência do setor público lida com um contrato deste porte, é importante que haja uma distância entre a empresa que vai construir o hospital e os funcionários públicos que vão aprovar tal contrato. No meu ponto de vista, e penso que a maioria das pessoas na Suécia concorda, é essencial que funcionários públicos não aceitem ofertas ou presentes de nenhum tipo, mesmo os de baixo valor.

Os suecos em geral parecem realmente ter receio da regra que proíbe aceitar qualquer brinde ou presente com valor acima de aproximadamente 400 coroas suecas.

GUNNAR STETLER: Em geral, nenhum funcionário público ou privado na Suécia é autorizado a aceitar brindes ou presentes acima de 300 ou no máximo 400 coroas (entre cerca de 46 e 60 dólares). Na minha posição, não posso aceitar nada.

Nada?

GUNNAR STETLER: Não. Nem mesmo um café com wienerbröd (tipo de pão doce sueco). E não acho que políticos ou funcionários públicos na Suécia aceitam, em geral, o que é considerado como suborno real, ou seja, grandes subornos.

Não acontece?

GUNNAR STETLER: Pode acontecer, mas não é normal. A questão é definir o que é considerado como um suborno. Para alguns, aceitar um convite para jantar ou passar o fim de semana em um resort não configura um suborno. Mas na Suécia, convites deste tipo caracterizam de fato um suborno. Principalmente para aqueles que trabalham no setor público.

Aceitar um convite para jantar pode então ser considerado um crime?

GUNNAR STETLER: Na minha opinião, uma pessoa ou empresa privada não pode convidar um funcionário público para jantar, se há um negócio envolvido entre as duas partes.

Qual é o seu melhor conselho para um país como o Brasil se tornar uma sociedade mais limpa?

GUNNAR STETLER: É preciso compreender que esta é uma tarefa que não pode ser cumprida em 24 horas. Para combater a corrupção, é necessário implementar um sistema de ampla transparência dos poderes estatais, aumentar o nível de educação da população em geral, e promover a igualdade social. A educação é o princípio básico do que chamamos na Suécia de jämlikheten (a igualdade social). E este é também um fator importante na prevenção da corrupção. Parece-me que o Brasil é um país com enormes desigualdades sociais.

Qual a importância da igualdade social neste processo?

GUNNAR STETLER: Se uma pessoa tem que lutar diariamente por sua sobrevivência, para ter acesso a alimentação, escolas e hospitais, a questão do combate à corrupção na sociedade certamente não estará entre seus principais interesses. Mas quando uma pessoa se sente parte da sociedade à qual pertence, passa a não aceitar os abusos do poder.

Fonte: Pragmatismo Político – JusBrasil – 06.08.2014

Concurso público pede comprovante de virgindade em São Paulo

Em São Paulo, concurso exige exame de virgindade. Ativistas dizem que a medida é aviltante e que no Estado mais rico e desenvolvido da Federação “vivemos em plena Idade Média”

Para preencher um dos requisitos do concurso público da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE-SP), as candidatas selecionadas neste ano tiveram que comprovar, por meio de um atestado médico, que não tiveram seu hímen rompido, ou seja, eram virgens.

A denúncia parte de uma das candidatas selecionadas pelo concurso, aberto em 2012, para o cargo de Agente de Organização Escolar. “Na hora em que fui a um consultório para me submeter à análise ginecológica, entrei em pânico. Foi constrangedor explicar para a médica que precisava de um atestado de virgindade para poder assumir uma vaga em um concurso”, disse a candidata - que por privacidade não teve o nome revelado -, em entrevista concedida ao portal Último Segundo.

Em nota, o movimento Católicas pelo Direito de Decidir considerou a medida aviltante, afirmando que vivemos em plena Idade Média “no estado mais rico e ‘desenvolvido’ da Federação – entre muitas outras, especialmente para a população feminina”.

“A submissão de legislador@s e executiv@s a normas e doutrinas religiosas por cálculo eleitoral é por demais conhecida nossa. O problema é que, além de violar direitos constitucionais de cidadãos e cidadãs que não tem qualquer referência religiosa e não desejam ter suas vidas reguladas por tais normas, essa submissão afeta de forma direta a vida das mulheres e da população LGBT, na medida em que políticas públicas destinadas a tod@s @s cidadãs e cidadãos do país são implementadas ou não, conforme se tenha a aprovação desses setores”, critica a nota.

O concurso

Depois de passar pelas provas regulares, a candidata foi chamada para a realização dos exames médicos de admissão, quando foi surpreendida com um comunicado emitido pela Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos da SEE e pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME), que dava detalhes sobre testes ginecológicos requeridos às candidatas mulheres.

O comunicado informa que mulheres que " não possuem vida sexual ativa, deverão apresentar declaração de seu médico ginecologista assistente". Dessa forma, com a comprovação de virgindade, estariam isentas da realização dos exames ginecológicos intrusivos, de acordo com confirmação do próprio DPME.

A justificativa para a realização dos exames é que servem para atestar a saúde dos futuros funcionários públicos. No entanto, segundo Maria Izabel Noronha, presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), trata-se de uma violação.

"Atestado de virgindade? Por favor! Estamos em pleno século XXI. Querem evitar candidatas doentes? A verdade é que elas entram com saúde e é a falta de condições da rede que as deixam doentes", disse.

Fonte: Pragmatismo Político / JusBrasil – 08.08.2014

Campos promete revisão do fator previdenciário e da tabela do IR

Candidato anunciou medidas sem dar detalhes de como implementá-las

Revisão do fator previdenciário e da tabela do imposto de renda, reforma tributária, fortalecimento do serviço público. No Rio, o candidato à Presidência pelo PSB, Eduardo Campos, não poupou munção ao fazer promessas e agregar novos compromissos aos que vêm assumindo, como o passe livre a estudantes. Na maioria das vezes, ele não entrou em detalhes sobre como implementar as medidas, que, segundo especialistas, teriam forte impacto nos cofres públicos. Mas se firmou em seu governo em Pernambuco para assegurar que, se eleito, cumpriria as propostas.

— Estamos falando de quatro anos. Vamos ter tempo para fazer a reforma tributária, equilibrar as contas públicas, fazer do ensino em tempo integral uma realidade e ter o passe livre. Já governei um estado. E todos os compromissos que assumi cumpri — disse o candidato, ao ser questionado sobre a viabilidade das propostas.

A revisão do fator previdenciário (usado no cálculo das aposentadorias) foi citada em entrevista a uma rádio, na qual explicou apenas que articulará "um intenso debate" sobre o assunto. Depois, diante de representantes de sete entidades do fisco, foi enfático no tom das promessas. Recebeu de sindicatos e associações documento com proposições como redução da carga tributária sobre consumo. Disse que muitos dos números coincidiam com os dele. Mas que os pormenores precisavam ser analisados. Não sem antes afirmar:

— Serei o primeiro presidente do ciclo democrático que se compromete a não aumentar a carga tributária.

Segundo o candidato, ele apresentaria uma proposta de reforma tributária ao Congresso já na primeira semana de seu mandato. E sugeriu a redução dos tributos aos mais pobres, assim como o reajuste da tabela do Imposto de Renda.

— A tabela tem uma defasagem de 60%, acumulada desde o governo do PSDB até agora. Precisamos fazer justiça e reajustá-la de maneira que não tenhamos a realidade de hoje, de uma pessoa que ganha R\$ 1.800 pagando imposto de renda — declarou ele, que, à noite, numa

reunião na Academia Brasileira de Ciências, afirmou ainda que, em seu governo, os investimentos públicos e privados em Ciência e Tecnologia chegariam a 2%.

O tributarista Ilan Gorin diz que, antes de prometer a reforma tributária, a prioridade dos candidatos deveria ser um plano de corte de despesas públicas, identificando quanto o governo pode abrir mão da arrecadação. Já sobre a revisão do fator previdenciário, outro tributarista, Rubens Branco, afirmou que, apesar de ser favorável ao bolso do trabalhador, provocaria um rombo na Previdência (só nos últimos seis meses teve déficit de R\$ 23 bilhões), fazendo com que a União tivesse de remanejar gastos ou aumentar os impostos.

Campos também comentou a crise no setor energético e disse que, se eleito, a Petrobras será blindada do que chamou de “politicagem”. No entanto, ao lado da candidata a vice, Marina Silva, não respondeu ao ser perguntado se era a favor ou contra a construção da usina de Belo Monte.

Fonte: O Globo – 06.08.2014

Estoque de crédito tributário das empresas atinge R\$ 66 bi

As empresas brasileiras carregam R\$ 66 bilhões em créditos tributários em seus balanços, segundo levantamento repassado ao Valor pelo Fisco. São prejuízos acumulados ao longo de vários anos e que podem ser abatidos de pagamentos futuros de tributos, reduzindo a arrecadação federal. Mas o estoque dos créditos tributários está prestes a cair em mais de 10% para ajudar o governo a fechar as contas de 2014.

A Receita Federal espera que empresas usem cerca de R\$ 7 bilhões em créditos tributários que carregam em seus balanços para pagar dívidas dentro do programa que concede condições especiais para o refinanciamento de débitos fiscais, o Refis. Com isso, o estoque de prejuízos que as empresas poderão abater de recolhimentos futuros cairá para R\$ 59 bilhões.

Os dados do Fisco mostram que 52% do estoque está concentrado em setores ligados à indústria de transformação e comércio e correspondem a prejuízos fiscais, que geram créditos do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Pelas regras da Receita, quando a empresa registra um prejuízo pode utilizar esse valor para abater de impostos devidos no futuro. O problema é que o governo controla o percentual do prejuízo que pode ser deduzido. Atualmente, essa compensação não pode ultrapassar 30% do imposto devido. Dessa forma, as empresas acumulam saldos em seus balanços e a Receita, por sua vez, evita perdas muito grandes de arrecadação.

Quando o crédito é usado para abater impostos, a Receita tem um prazo de até cinco anos para verificar se a empresa tem mesmo direito ao benefício. Em períodos de pouco crescimento econômico e queda da lucratividade das empresas, a tendência é de acumulação de créditos contra o Fisco.

No início deste ano, a compensação de créditos tributários foi um dos motivos que explicaram a queda na arrecadação. Segundo os dados da Receita, o pagamento de IR e CSLL caiu em janeiro e fevereiro, porque um grupo de 15 a 20 grandes contribuintes usou créditos que tinha contra o governo para quitar parte do imposto devido.

A expectativa do governo era que, em março, quando as empresas são obrigadas a entregar as declarações anuais de IR, o total arrecadado compensasse o que veio a menos em janeiro e fevereiro. Mas não foi o que ocorreu. Desde então, a fraca atividade econômica tem levado a frustrações recorrentes na arrecadação, que cresce apenas 0,28% acima da inflação até junho, quando comparada a igual período de 2013.

Uma medida provisória recente autorizou o uso, pelas empresas, de créditos tributários para quitar dívidas dentro do Refis. O governo acha que esse pode ser um incentivo a mais para as companhias aderirem ao programa de refinanciamento, ajudando o Tesouro na sua difícil tarefa de aumentar a arrecadação para cumprir as metas fiscais estabelecidas para o ano. O benefício está restrito às empresas que pagarem até 30% do débito com a Receita à vista. O governo, que esperava arrecadar R\$ 12,5 bilhões no Refis, agora prevê o ingresso de mais de R\$ 15 bilhões.

O secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, quando anunciou a medida, explicou que a permissão de abatimento dos créditos tributários seria positiva também para o governo, porque créditos futuros já estariam sendo usados. No caso das empresas, haveria um ganho de caixa pelo uso imediato dos créditos.

A Receita também ampliou o direito de uso dos créditos para empresas em liquidação e falência. Sempre que venderem ativos para pagar dívidas com a União, poderão compensar integralmente o imposto sobre ganhos de capital com créditos tributários. Em operações normais, a dedução do ganho de capital está limitada a 15%.

Até 1996, a legislação só permitia que as empresas compensassem créditos de um mesmo tributo. Assim, se tivessem créditos de IR, só podiam deduzir de pagamentos futuros desse mesmo imposto. Desde 1996, lei permite que a compensação seja feita com qualquer tributo federal.

Fonte: Valor Econômico – 11.08.2014

Estudo põe a profissão contábil em 2º lugar no mercado de trabalho americano

A profissão contábil está em 2º lugar entre as três melhores profissões do mercado de trabalho americano, segundo o estudo *The Top Jobs For 2013*, publicado pela Forbes e realizado por CareerBuilder e Economic Modeling Specialists Intl. (EMSI).

O estudo utilizou dados EMSI do mercado de trabalho, que inclui mais de 90 tipos de empregos nacional e estadual e registra informações detalhadas sobre os funcionários de empresas e os trabalhadores autônomos, encontrando os principais cargos em 2013, com base nas ocupações com maior número de empregos criados desde 2010.

“A lista identifica as ocupações que estão em uma trajetória ascendente em matéria de emprego”, diz Matt Ferguson, executivo-chefe da CareerBuilder.

Analistas de sistemas estão em primeiro na lista das melhores profissões e coordenadores de eventos, em terceiro. Na segunda posição estão os contadores e auditores. Mais de 37.100 empregos foram adicionados desde 2010, representando um aumento de 3%.

De acordo com as estatísticas do estudo, a maioria dos empregadores exige que o candidato a contador ou auditor tenha grau de bacharel em contabilidade ou áreas afins, e outros querem que o candidato seja especialista dentro de um campo específico. Esses profissionais recebem U\$ 61.690, em média, por ano.

Fonte: Portal CFC – 08.08.2014

Economia fraca corta empregos no comércio no País

Setor fechou o primeiro semestre com um saldo de vagas formais negativo em 83,6 mil, de acordo com o Caged

A desaceleração nas vendas do comércio que bateu forte no varejo especialmente na época da Copa teve impacto negativo no emprego do setor. De janeiro a junho, as lojas mais demitiram do que contrataram em todo o País. E o cenário ruim deve persistir até o final do ano, prevê o setor. O primeiro semestre fechou com um saldo de vagas formais negativo em 83,6 mil, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

“Não foi só a indústria que demitiu mais que contratou nos últimos meses, mas o comércio também. O varejo está devendo bastante: 83,6 mil vagas. Foi o pior resultado do saldo de postos de trabalho do setor desde 2007 para um 1º semestre”, observa Fábio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Só na capital paulista, ocorreram 63,3 mil homologações no sindicato dos comerciários no 1º semestre. É um número 2,7% maior em relação ao mesmo período de 2013. “O desemprego no comércio aumentou um pouco”, diz Ricardo Patah, presidente do sindicato. Ele pondera que entram na conta só os trabalhadores desligados com mais de uma ano de casa, portanto, esse número pode ser maior.

Patah está preocupado com o desemprego. Com a forte queda nas vendas no varejo na época da Copa e o fraco desempenho em julho, a tendência é de redução de pessoal nas lojas e na indústria, uma vez que o encalhe diminui o ritmo de novas encomendas às fábricas.

“Julho foi um fracasso para o comércio em termos de vendas. Todo mundo está reclamando”, diz Patah. Levantamento da Associação Comercial de São Paulo, que dispõe de dados mais atualizados sobre o varejo, mostra que em julho o ritmo de vendas na capital paulista foi 1,6% menor do que no mesmo mês de 2013. Um executivo de uma rede varejista de móveis e eletroeletrônicos que prefere o anonimato conta que o desempenho do mês passado foi metade do esperado. “Após a eliminação do Brasil da Copa, as vendas despencaram”, diz.

Uma análise feita por Bentes, da CNC, a partir do resultado de vendas no varejo do IBGE e o saldo da geração de empregos no comércio apontado pelo Caged, mostra que há uma correlação entre o saldo de vagas no comércio e as vendas. Entre dezembro de 2013 e maio deste ano, o último dado disponível, o volume de vendas do comércio varejista ampliado, que inclui veículos e materiais de construção, caiu 0,4%. No mesmo período de 2013, houve crescimento de 1,1%. Já o saldo líquido de vagas formais no varejo piorou. No 1º semestre de 2013 estava negativo em 70,9 mil postos e neste ano a retração foi de 83,6 mil vagas.

“De 10 segmentos do comércio pesquisados pelo IBGE, as vendas e os saldos de postos de trabalho pioraram em quase todos”, observa Bentes. Ele ressalta que o setor de vestuário, que registrou queda de 3,8% no volume de vendas este ano na comparação com 2013, foi responsável por quase 90% do saldo negativo de vagas como um todo. Fechou o 1º semestre com saldo negativo de 73,9 mil.

Empresas confirmam comercialização menor

O impacto da queda nas vendas do setor vestuário no emprego é confirmado pelo Sindicato dos Comerciários de São Paulo. Entre as 21 empresas que fizeram homologações no 1º semestre, o setor de vestuário predomina com cinco delas; seguido pelos supermercados, com quatro companhias e pelas revendas de veículos e autopeças, com três empresas.

De acordo com o relatório do sindicato, a varejista Casas Pernambucanas, que é forte no segmento de vestuário, demitiu 375 trabalhadores na capital paulista neste semestre e a Inbrands, dona de marcas como Ellus, VR, Tommy Hilfiger, cortou 138 funcionários.

A Inbrands informa que não houve nenhum movimento de redução nos quadros e que contratou no período. A Pernambucanas diz que contratou 3.851 trabalhadores no 1º semestre.

O Carrefour lidera a lista de homologações com 607 demissões, seguido no setor de supermercados pela Companhia Brasileira de Distribuição (GPA), com 442 homologações. O Carrefour informa que não há redução de postos de trabalho. O GPA diz que ampliou no País em 7 mil o número de funcionários no 1º semestre. A empresa pondera que, com o fim da operação de lojas 24 horas, reaproveitou os funcionários, mas que houve trabalhadores que optaram por sair da companhia.

Outro segmento afetado pela queda nas vendas foi o de automóveis e autopeças. A concessionária Hyundai Caoa, por exemplo, cortou 182 funcionários no 1º semestre. A empresa diz que “tem passado por um grande processo de reestruturação e novos processos internos estão sendo otimizados, o que reflete na readequação do quadro de funcionários”.

Contratação de temporários pode salvar o ano

A contratação de temporários para o fim de ano pode tirar do vermelho o saldo da geração de postos de trabalho no comércio acumulado no 1º semestre. A Confederação Nacional do Comércio (CNC) projeta que 130,6 mil temporários serão admitidos neste fim de ano, ante 129,4 mil em 2013.

“O fator sazonal vai impedir que o emprego no comércio feche o ano com saldo líquido negativo na geração de vagas. Se o Natal fosse abolido, o comércio encerraria no vermelho”, diz o economista da CNC, Fábio Bentes.

Para o presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, Ricardo Patah, o número de homologações que passam pelo sindicato atualmente só não é maior porque os varejistas estão no limiar das contratações para o fim de ano. Diante da queda nas vendas em julho, eles teriam argumentos para demitir mais. Mas enxergam a possibilidade de ampliar os negócios no fim do ano por questões sazonais e acabam segurando a mão de obra, explica o sindicalista.

Bentes observa que as vendas no comércio estão desacelerando ano a ano e reduzindo o grande descolamento do varejo em relação aos demais setores da economia que existiu anos atrás. No 1º semestre deste ano, as vendas do comércio ampliado devem ter avançado 2,3%, enquanto o crescimento no mesmo período de 2013 tinha sido de 3,6% e no 1º semestre de 2012, de 7,7%.

Bentes lembra que, entre setembro e novembro, o comércio sempre contrata muito e as vagas abertas nesse período respondem pela metade dos postos de trabalho gerados no ano. Pelas suas contas, se as projeções de temporários se confirmarem, entre admissões e demissões, o comércio terá em 2014 um saldo líquido de 99 mil postos, o pior resultado anual em pelo menos sete anos.

Fonte: *Jornal do Comercio RS* – 11.08.2014

Você e a lei das domésticas

Por Celso Ming

Desde o dia 7, famílias ou pessoas físicas no Brasil estão sujeitas à multa de R\$ 805 por falta de regularização da situação trabalhista de cada um dos seus empregados domésticos, como manda lei sancionada em abril deste ano.

É uma situação nova que, em princípio, deve aumentar os registros em carteira de trabalho e o pagamento dos direitos assegurados aos domésticos. (Veja no Entenda o que falta regulamentar e como fica a situação dos diaristas.)

Sem prévia autorização do morador, o fiscal do Ministério do Trabalho não pode entrar num domicílio para conferir se a lei está sendo cumprida ou não, como se fosse uma firma qualquer. Por isso, o controle é indireto e a aplicação da multa tem tramitação especial. Primeiro, haverá a denúncia por parte do empregado. Em seguida, será expedida notificação pelo Ministério do Trabalho para que o patrão faça sua contestação e, só então, as autoridades poderão concluir ou não pela infração e pela imposição da multa.

Como atestam as estatísticas do IBGE, hoje, quase 70% dos 5,9 milhões de empregados domésticos existentes no Brasil não têm registro em carteira de trabalho. Essa lei, que veio para criar empregos e regularizar relações de trabalho, pode ter um efeito contrário.

O professor José Pastore, especialista em Economia do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP), reconhece o lado bom, o de que o início da vigência da multa é fator que, por si só, levará ao aumento das formalizações. Mas adverte que o mercado está encolhendo. O número de empregados domésticos contratados diminuiu após a aprovação da PEC: "Trouxeram para a vida doméstica uma regulação fabril e irrealista, que trata da mesma forma ambientes distintos. Em uma fábrica ou em um banco, há relógio de ponto, departamento de recursos humanos, área jurídica, controladoria, toda uma parafernália para controle de pessoal. Não há nada disso em uma residência. Empregadores domésticos não podem ser tratados como empresa".

Esta é uma situação que aumenta a insegurança jurídica, mesmo para quem cumpre a lei. A título de exemplo, Pastore aponta algumas consequências da dificuldade de comprovar o número real de horas trabalhadas pela doméstica. "Para não ter problemas jurídicos futuros, muitos casais certamente preferirão colocar seus filhos numa creche do que contratar uma babá."

E há as questões que envolvem a possível redução das alíquotas devidas ao INSS, tanto pelo empregador quanto pelo empregado doméstico. Hoje, os patrões pagam 12% e os empregados domésticos, entre 8% e 11%, dependendo do salário. No entanto, já foi aprovado no Senado e praticamente também na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 7.082/10 que prevê a adoção da alíquota única de 6% para as duas partes. O objetivo do PL é facilitar, com uma conta mais baixa do INSS, o registro dos empregados domésticos.

Se não houver recurso para exame em plenário, o projeto de lei seguirá para sanção da Presidência da República. No entanto, o governo é contra essa alíquota única porque conta com o aumento da arrecadação da Previdência Social.

Fonte: O Estado de São Paulo – 10.08.2014

Auditoria na Petrobras revela licitações dirigidas e contratos fajutos na Transpetro

Nada a temer: os diretores têm padrinhos políticos fortes...

DIEGO ESCOSTEGUY



RELATÓRIO DE AUDITORIA: AUDIN-R-105-OG/2011

UNIDADE/EMPRESA: DIRETORIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA

ÁREA: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Tendo em vista a gravidade das não conformidades, as quais fragilizam o ambiente de controle e possibilitam a ocorrência de fatos que ferem a ética empresarial, faz-se necessário que a Transpetro adote as medidas cabíveis e apure as responsabilidades no sentido de evitar a repetição de situações semelhantes, que podem comprometer a gestão da companhia e sua imagem pública, haja vista o presente trabalho ter-se originado de denúncia.

No começo de 2012, o empresário German Efromovich, dono do grupo Synergy, esteve em Brasília para uma rodada de conversas com seus muitos contatos políticos. O Synergy é um vasto conglomerado. Inclui empresas como a companhia aérea Avianca, os estaleiros Eisa e Mauá, fazendas de café, hotéis e laboratórios de remédios. A maioria dos negócios de German, como é conhecido no meio empresarial e político, depende da boa vontade de Brasília. Nenhum depende tanto quanto os contratos na Petrobras. Especialmente na Transpetro, subsidiária de transporte e logística da estatal. Naquele momento, os estaleiros de German detinham R\$ 1,2 bilhão em contratos com a Transpetro, em parte financiados pelo BNDES. A ascensão de German na Transpetro dera-se na gestão do ex-senador Sérgio Machado, do PMDB cearense. Ele assumira a empresa ainda no começo do governo Lula, em 2003. Machado não entendia nada de navios, terminais ou oleodutos. Mas tinha o padrinho certo: o senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas. German, um empresário que aprendeu cedo o valor dos atalhos do poder, mantinha excelentes relações com Machado e Renan.

Numa das reuniões daquela viagem, German recebeu uma notícia que o deixou transtornado, na definição de quem estava lá. A presidente Dilma Rousseff decidira demitir Machado. Para o lugar dele, já até convidara o petista José Eduardo Dutra, presidente da Petrobras nos primeiros anos do governo Lula. German soltou uma profusão de palavrões. “Estou lascado! O que vou fazer

agora?”, repetia aos interlocutores. Com Dutra à frente da Petrobras, German, que prosperara na estatal durante o governo Fernando Henrique Cardoso, não conseguira emplacar mais contratos. Tivera muitos encontros com o sindicalista Diego Hernandes, chefe de gabinete de Dutra, e com o lobista Fernando Moura, ligado ao grão-petista José Dirceu – os dois homens que, naquele momento, melhor resolviam os problemas dos grandes empresários na Petrobras. Não adiantou. German perdeu muito dinheiro. Se Dutra assumisse a Transpetro, German corria o risco de perder seus contratos bilionários. Deixou a reunião às pressas e foi ajudar numa articulação do PMDB para barrar a decisão de Dilma.

O movimento dela era arriscado – e ela demonstrara, a interlocutores, saber disso. Desde que assumira o governo, em 2011, Dilma tentava reduzir, sem sucesso, o aparelhamento político na Petrobras. Enfrentava a resistência de Lula e dos demais padrinhos de quem estava na estatal. No começo de 2012, enfrentou parte dessas resistências. Demitiu o sindicalista José Sérgio Gabrielli da Presidência da Petrobras e nomeou Graça Foster para o cargo. Demitiu também o diretor internacional, Jorge Zelada, indicado pelo PMDB da Câmara, e o diretor de abastecimento, Paulo Roberto Costa, bancado por um consórcio entre PP, PMDB, PT e Lula. (Costa é aquele que foi preso recentemente pela Polícia Federal.) Dilma não conseguiu apelar todos que queria. O principal deles era Machado. Os telefonemas ao gabinete presidencial vieram de todos os lados. O recado era claro. Se demitisse Machado, Dilma perderia o Senado – pois quem comanda o Senado, senão o PMDB de Renan?

Difícil quebrar as leis do poder. Machado ainda é presidente da Transpetro. Os demais diretores da empresa são técnicos – um dos apadrinhados do senador Romero Jucá foi demitido recentemente. Sobrou apenas o pastor Rubens Teixeira, indicado pelo senador Marcelo Crivella, do PRB, candidato ao governo do Rio de Janeiro. Ele é diretor financeiro da Transpetro desde 2008. Administra um orçamento de quase R\$ 8 bilhões. Como o padrinho Crivella, Teixeira é da Assembleia de Deus. Dá cultos no Ministério Óleo e Vida, em Duque de Caxias, no Rio. Entende tanto da indústria de petróleo quanto Machado.

Essa união de interesses permite entender por que a atual CPI da Petrobras no Senado nunca sairia do lugar – como a anterior, em 2009, também não saiu. A revelação de que executivos da estatal receberam dos senadores as perguntas antes dos respectivos depoimentos torna-se ainda mais compreensível. Como são compreensíveis os gestos de Renan na semana passada, quando classificou de “graves” as denúncias e abriu uma sindicância para investigar o caso. Quanto mais esse assunto dominar as atenções do Congresso, maior a chance de a gestão dos senadores na Transpetro continuar despercebida, tanto na CPI do Senado quanto na CPI mista, que funciona, mesmo aos solavancos.

A auditoria interna encontrou empresas- fantasmas participando de licitações

Nos últimos anos, apareceram suspeitas de irregularidades na Transpetro. Nenhuma foi investigada a fundo. A maioria foi abafada, por pressão política, no TCU e dentro da própria Petrobras. Recentemente, ÉPOCA teve acesso a um relatório confidencial da auditoria interna da Petrobras que investigou a Transpetro. É o primeiro documento do tipo a vir a público em anos. Mais espantoso que seu conteúdo é que, dois anos depois, o principal responsável pelas irregularidades ainda esteja no cargo. Trata-se do pastor Teixeira, diretor financeiro da empresa.

Os auditores da Petrobras, mesmo tendo poderes limitados de investigação, descobriram uma feira de irregularidades: licitações dirigidas, empresas-fantasmas participando de licitações, empresas minúsculas ganhando, sem licitação, contratos milionários, empresa de amigo faturando contrato, empresa que recebeu mesmo sem prestar quaisquer serviços... Descobriram ainda

casos de nepotismo e de uso ilegal dos carros dos diretores. Tudo isso sob a responsabilidade do pastor Teixeira e sob a complacência dos demais diretores da Transpetro. Nada aconteceu, apesar dos pedidos dos auditores. “Tendo em vista a gravidade das não conformidades, as quais fragilizam o ambiente de controle e possibilitam a ocorrência de fatos que ferem a ética empresarial, faz-se necessário que a Transpetro adote as medidas cabíveis e apure as responsabilidades no sentido de evitar a repetição de situações semelhantes, que podem comprometer a gestão da companhia e sua imagem pública”, escreveram.



BR PETROBRAS TRANSPORTE S.A.
TRANSPETRO

CONFIDENCIAL

RELATÓRIO DE AUDITORIA: AUDIN-R-105-OG/2011

UNIDADE/EMPRESA: DIRETORIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA

ÁREA: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Observou-se, ainda, que a GÊNESIS, da qual a consultora detém 90% do capital social (Tiago Quintana tem os 10% restantes), foi criada em 13/05/2009 (três meses antes da solicitação da contratação direta) e prestou serviços apenas à Transpetro, conforme se pode comprovar pelas notas fiscais sequenciais emitidas, o que pode levar um observador nem tão experiente inferir que a empresa foi criada exclusivamente para prestar esse serviço à companhia.

Os testes revelaram, também, que a consultora em relato foi gerente do Sr. Rubens Teixeira – atual Diretor Financeiro e Administrativo da Transpetro - no período em que ele atuou no BACEN – conforme relato do livro *Do Monturo Deus Ergue um Vencedor – uma biografia autorizada de Rubens Teixeira*, de autoria de Jorge Videira⁷. O livro dedica um capítulo exclusivo à amizade existente entre ambos, em que a consultora dá um testemunho abrangente sobre a vida do atual diretor de Transpetro.

NEPOTISMO

Rubens Teixeira, diretor financeiro da Transpetro. Ele contratou a empresa de uma amiga (Foto: Reprodução)

O caso mais lapidar do que acontece quando pessoas como o pastor Teixeira são apadrinhadas para um cargo desses envolve uma empresa chamada Gênesis Consultoria. Ela foi criada em maio de 2009. Três meses depois, foi contratada pelo pastor Teixeira, sem licitação e por R\$ 1,5 milhão, para prestar serviços de “consultoria especializada”. Dispensou-se a licitação porque a dona da Gênesis, Izabel Cristina Machado, tinha “notória especialização”, embora tivesse trabalhado apenas cinco meses como “consultora” da Transpetro, com o pastor Teixeira. Descobriu-se, pelas notas fiscais, que a Gênesis nunca tivera outro cliente. Verificou-se que a Transpetro gastara valores muito acima dos praticados no mercado para bancar os salários de sete consultores. A Transpetro não conseguiu explicar aos auditores o que a Gênesis fez.

Por que a Gênese foi contratada? A resposta ficou logo óbvia. A “consultora” Izabel era amiga do pastor Teixeira. Fora chefe dele quando ambos trabalharam no Banco Central. De tão próximos, Izabel contribuiu com um capítulo para a biografia autorizada do pastor Teixeira. A obra se chama Do monturo Deus ergue um vencedor. “Escrever um testemunho sobre o Rubens significa, em parte, escrever um testemunho sobre minha própria vida, pois durante alguns anos experimentamos uma parceria diária que exigiu de nós sintonia perfeita diante de algumas situações críticas. Foi a partir dessa vivência diária intensa que pude conhecer Rubens, não só como servidor público exemplar, homem íntegro e amigo leal, mas, principalmente, como servo fiel do Senhor Jesus Cristo”, escreveu Izabel. “Nosso convívio diário nos aproximou como amigos.”

Rubens Teixeira convocou empresas de engenharia e eletricidade numa licitação para alugar carros

Numa licitação para alugar carros, o pastor Teixeira convocou oito empresas, embora cinco delas nem sequer fossem do ramo – havia empresas de engenharia e de manutenção elétrica. As outras nem estavam no cadastro da Petrobras. A empresa Rondave ganhou um contrato de R\$ 13 milhões praticamente sem concorrência. Noutra licitação, para um contrato de R\$ 6 milhões, uma empresa com capital de R\$ 2 mil foi chamada a participar. Numa amostra de poucos contratos, os auditores calcularam em R\$ 2 milhões os prejuízos com aditivos exagerados. Noutro caso de gasto suspeito, o relatório cita as jornadas exaustivas dos motoristas da Transpetro. Eles trabalhavam entre 5h40 da manhã até 3 horas da madrugada do dia seguinte, a julgar pelos papéis faturados pela empresa terceirizada. Alexander Assis de Oliveira, um dos assessores do pastor Teixeira, contratou sua mulher, Amanda Assis. Todos são da mesma igreja. O pastor Teixeira usava seu carro oficial no fim de semana e nas férias. O motorista também era de sua igreja. Como nada foi feito, as mesmas empresas continuavam a ganhar contratos tranquilamente na Transpetro.

A Transpetro informou que “as não conformidades foram devidamente sanadas pelos órgãos responsáveis, e as recomendações devidamente atendidas. Nesse sentido, seis colaboradores foram afastados da companhia e procedimentos contratuais foram adequados ao que foi recomendado”. A empresa não declinou os nomes dos afastados. Procurados, o senador Renan e o empresário German não responderam. O pastor Teixeira afirmou que “tem relação de amizade com o senador Marcelo Crivella, assim como com outros parlamentares. Com relação ao cargo que ocupa na Transpetro, sua nomeação se deu por meio da aprovação do Conselho de Administração da companhia, considerando suas competências técnicas comprovadas”. Crivella disse que indicou o pastor Teixeira por suas qualificações: “Formou-se oficial de carreira da arma de infantaria na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), cursou engenharia no Instituto Militar de Engenharia (IME) e foi aprovado em concurso para o cargo de analista do Banco Central. É mestre em engenharia nuclear, doutor em economia e pós-graduado em auditoria e perícia contábil”. Diz que se encontram eventualmente na igreja, “pois professam a mesma fé”.

Fonte: Revista época – 09.08.2014

Filiado a:

